

TECNOLOGIA CAMPONESA: SABER E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA (ALGUNS DELINEAMENTOS TEÓRICOS)*

*Maria Dione Carvalho de Moraes***

I – INTRODUÇÃO

A questão tecnológica no que toca à chamada agricultura “tradicional” tem como substrato um conceito mais amplo: o do saber camponês. Este, por sua vez, remete às estratégias de reprodução dos camponeses. Pensando com GRZYBOWSKI (1985-60):

“(…) a questão do saber camponês é importante para qualquer análise que procura captar a **especificidade**, as relações e **estratégias** dos camponeses, **o modo como agem e reagem face aos desafios de sua inserção na estrutura e processo de desenvolvimento capitalista**, que tende a diferenciá-los, subordiná-los e expropriá-los. A

* Artigo elaborado para o III ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DA APIPSA, de 7 a 9/07/93, em Recife-PE.

Para o III ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DA APIPSA, de 7 a 9 de julho/93 em Recife, PE. Este artigo insere-se numa reflexão mais ampla (dissertação de mestrado) sobre a tecnologia como campo de poder, partindo de um estudo de caso e discutindo a relação entre ONG's e camponeses como “novas alianças políticas no campo tecnológico”.

** Socióloga, M. Sc. em sociologia rural, professora do DCS/CCHL, UFPI. Cx. P. 2073, CEP 64.079-790, Teresina, Piauí.

questão do modo como se organiza o saber é particularmente importante para quem busca entender tanto o processo de técnica do campesinato como as possibilidades e os limites das ações educacionais que visam, exatamente, desenvolver e ampliar o saber técnico dos camponeses.” (grifos meus).

Do exposto, emerge uma questão teórica básica afeita ao debate em torno do camponês: afinal, quem é o camponês do ponto de vista analítico: uma categoria fadada ao desaparecimento; uma entidade social que supera barreiras temporais e espaciais ou sujeitos sociais num processo contínuo de (re)organização de classes sociais? tais questões se fazem presentes quando se discutem temas como reprodução e saber dos camponeses, suas estratégias de sobrevivência e de resistência, tendo-se em conta a sua especificidade no capitalismo.

Vastamente tratado na literatura especializada, o tema da reprodução camponesa pode ser agrupado em duas vertentes principais de análise, ambas com referencial em clássicos como Marx e Chayanov¹.

Em termos gerais, os autores da tradição marxista privilegiam os chamados condicionantes externos da reprodução. Ao abordarem a questão da produção e da reprodução camponesa pela ótica da subordinação e, via de regra, pela funcionalidade do campesinato ao capital

Privilegiando a chamada “lógica interna” do campesinato, estudos de autores inspirados em Chayanov focalizam as estratégias de reprodução a partir do cálculo econômico de uma suposta racionalidade econômica camponesa.

Em que pesem os “rios de tinta” que separam as duas vertentes, é possível inspirar-se em ambas, buscando a superação dos seus limites como alternativas teóricas. Grosso modo, a primeira privilegia o caráter da subordinação dos camponeses e é construída no corpo de uma teoria de classes que elege como sujeito privi-

¹ Sobre os enfoques clássicos e seus desdobramentos, cf. WILKINSON (op. cit.) e ABRAMOVAY (1990).

legiado da história o proletariado sendo, os camponeses, tidos como fadados ao desaparecimento. Por conseqüência, tem o limite de não atentar para a lógica reprodutiva interna do campesinato, deixando em aberto as possibilidades analíticas dos movimentos de resistência, dos projetos de autonomia ou de defesa contra esses condicionantes externos. Tais possibilidades colocariam em cheque a lógica inexorável do capital segundo a qual, questionar-se-ia: por que discutir racionalidade econômica de uma classe que tende a desaparecer devorada pela lógica implacável do capital?

A segunda abordagem, ao contrário, privilegia a lógica interna do campesinato, remetendo a uma concepção do camponês como agente ativo da sua reprodução. No entanto, ao enfatizar a dimensão econômica dessa lógica, não se detém na questão do processo de trabalho enquanto possuidor de um modelo cognitivo que o informa, que são as bases não apenas da economia camponesa mas de qualquer outra economia.

Ambas perspectivas, em suas vertentes clássicas, ao não estabelecerem as relações contraditórias e complementares entre a reprodução social e a produção camponesa revelam-se insuficientes, se tomadas "in extremis", para a análise do campesinato brasileiro (PORTO, 1988). Nem a preocupação exacerbada com a "racionalidade camponesa" (via de regra, subestimando-se as articulações entre campesinato e capitalismo), nem a atenção unilateral à "lógica do capital" (em geral, não atentando para as contradições que o próprio desenvolvimento do capitalismo enfrenta), por si sós constituem-se em possibilidades teóricas capazes de dar conta da questão.

Em que pesem a polêmica e as divergências que as perpassam, tais contribuições não podem ser ignoradas. Principalmente na discussão de uma categoria que remete ao plano teórico dessa relação que é da resistência camponesa, pressupondo-se as relações de poder e de contra-poder na sociedade de classes e, por conseqüência, no campo tecnológico².

² Sobre a categoria "campo tecnológico" como espaço de "capacidades técnicas e poder social diferenciados" ver MORAES (1993). Cf. ainda, ALMEIDA (1989).

Uma das tentativas de solução analítica para esse impasse teórico dentre autores marxistas³ surge com a concepção do campesinato como “modo de produção”, o que se por um lado apresenta contribuições significativas no sentido de buscar relacionar os determinantes internos e externos, por outro coloca também seus problemas, principalmente na operacionalização de um conceito de um alto nível de abstração e de vários níveis de articulação interna como o de modo de produção.

A busca de superação dos limites apontados tem produzido contribuições significativas no Brasil, reunindo autores diversos em estudos sobre o campesinato. Tais análises abordam tanto as relações de produção, quanto a organização imediata do processo produtivo⁴. Relações que se caracterizam, por um lado, pela subordinação a determinantes externos e, por outro, por uma lógica interna ao campesinato que incide em diversas dimensões. Isto permite falar não apenas de subordinação mas também de resistência, de autonomia relativa e da especificidade camponesa no capitalismo.

II – ESPECIFICIDADE CAMPONESA, SABER E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA: *AS BASES DE UM MODELO TECNOLÓGICO*

A questão da subordinação/resistências encontra-se embricada em uma rede de relações entre camponeses e outros agentes sociais, expressando, tal rede, possibilidades reais de participação/exclusão dos camponeses no movimento econômico-político-social, como afirma MOTA (1990):

“(...) movimento {que} ao mesmo tempo que reforça e dá suporte à unidade camponesa, recriando-a e gerando espaço para o exercício da “autonomia possível” amplia a sua subordinação pelas mediações dos diferentes tipos de capital, num processo que acelera a crescente

³ Sobre campesinato como modo de produção, ver TEPICHT (1973) (apud ABRAMOVAY, op. cit.) e VELHO (apud SOARES, 1981).

⁴ Cf. HEREDIA(1979); MOURA (1986); SOARES (op. cit.); GARCIA (1975); SUAREZ et al (1983).

subordinação às condições exteriores, expressas por elementos como **tecnologia** e crédito, que são incorporados como reforçadores de sua resistência ao processo de expropriação da condição camponesa” (grifos meus).

Se há resistência ao processo de expropriação, quais seriam os elementos centrais pelos quais se podem pensar tanto as bases da organização da produção camponesa, quanto as suas estratégias de resistência? Ou seja, como perfilar, teoricamente, a **especificidade camponesa**⁵ para, a partir daí, buscar situar as estratégias? Nesse particular, para fugir às armadilhas da reificação e do empiricismo, SHANIN ({19__}: 77), adverte que:

“(...) a conceituação da especificidade camponesa reside na admissão da complexidade e dos graus de ambivalência e expressa uma tentativa de atacar a questão em um nível teórico. Não é (...) resposta mas uma **pressuposição** que ajuda a engendrar novas respostas específicas”. (Grifos meus).

Tomando o campesinato como classe social⁶, com inserção peculiar no processo social de produção no capitalismo, partilho com MOTA (op. cit.), SOARES (op. cit.), SUAREZ et al (op. cit.) e SA (op. cit.) do reconhecimento da especificidade camponesa emergindo de alguns traços básicos distintivos, em sua relação com o sistema social hegemônico (considerando-se as suas diferenciações internas entre os diversos tipos de capital).

Um primeiro traço seria a **predominância da força de trabalho familiar** no processo produtivo, sendo a família, portanto,

⁵ A especificidade – embora remeta a projetos de “autonomia relativa” (MOTA e VANDERLEY, op. cit.) – não se traduz por autonomia, mas pela singularidade da inserção do campesinato no capitalismo, pressupondo uma abordagem “(...) não substantivista, mas processual e histórica, {onde} a política e a ideologia devem ser integradas no plano de análise” (SOARES, op. cit.).

⁶ Que não se define apenas e aprioristicamente pela posição no processo de produção, mas enquanto um processo permanente de construção. Nesse sentido, incorporo as contribuições sobre identidade: ROMANO ({19__}), SOARES (op. cit.) e sobre classes sociais: THOMPSON (s.n.t.).

a unidade básica de produção e consumo.

Um segundo seria um **processo de trabalho específico, conformado pelo acesso à terra e aos meios técnicos de produção**. Tal processo objetivando a reprodução da **unidade de produção e consumo**. O cultivo da terra, portanto, direta ou indiretamente provê a maior parte do necessário à reprodução da família e das condições de produção.

Um terceiro pode ser encontrado na **alternatividade de acesso ao mercado**, estando portanto, o camponês, por um lado, numa rede formada por várias esferas de relação com o capital na expropriação do seu trabalho e, por outro lado, com uma relativa independência da unidade frente ao mercado.

Esses elementos que perfilam uma especificidade camponesa, permitem articular à questão da reprodução dessa categoria, nos termos da presente discussão, um quarto aspecto que se refere ao **saber e tecnologia camponesa**.

O trabalho familiar e o acesso à terra são elementos que compõem a base material da produção camponesa, assegurando-lhe “relativa autonomia” diante das pressões externas, tendo como pressuposto a existência de uma lógica diferente daquela que regula as forças de trabalho mercantilizada. (MOTA, op. cit.).

O trabalho familiar, portanto, atua, nesse sentido, por tratar-se de: “(...) um traço distintivo fundamental. As relações vividas no processo de trabalho são marcadas pela predefinição ideológica ou simbólica, isto é, pela estrutura de parentesco, pelos ditames da hierarquia, do respeito, da obediência, pela regulação de direitos e deveres, pela disciplina, pelo afeto”. SOARES (apud MOTA, op. cit: 6).

Quanto ao segundo elemento, relativo ao processo de trabalho específico na terra, vejo com IANINI (apud MOTA, op. cit.:7) que este “(...) compreende um intercâmbio social complexo que implica a cultura. Jamais se limita à produção de gêneros alimentícios, elementos de artesanaria, matérias-primas para a satisfação das necessidades, vestuário, abrigo, etc. Muito mais que isso, a relação do camponês com a terra põe em causa também a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e a co-

lheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e canto, a estória e a lenda, a fazanha e a incentiva, são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e recriam na relação do camponês com a sua terra, o seu lugar”.

Quanto ao terceiro elemento – relação com o mercado – considero, com SOARES (op. cit.: 184), que no cerne dessa relação, o “(...) mercado ou circulação de mercadorias (...) constitui o plano estratégico a partir do qual se pode pensar as relações sociais subjacentes à articulação entre modalidades não-capitalistas de organização da produção e o sistema abrangente. Os vínculos de estrutura produtiva imediata com o mercado devem ser o trampolim para a investigação concreta”.

O controle sobre os meios de produção e sobre o processo de trabalho – ambos supondo a natureza peculiar de um meio de produção essencial: a terra – torna-se uma característica própria e distintiva do campesinato “(...) uma certa potencialidade “sui generis” de se ligar mais ou menos ao mercado, de acordo com as imposições das circunstâncias. A o contrário do que aconteceria com a força de trabalho mercantilizada, assalariada ou com empresas capitalistas, nada impede à família camponesa de subsistir enquanto tal, quer dizer, reproduzindo sua unidade de produção, produzindo para o próprio consumo durante um período de especial retração do mercado” (SOARES, op. cit.: 205). Isto aponta para uma independência relativa da unidade produtiva familiar frente ao mercado (ibidem).

Subjacente e ao mesmo tempo informado por todos os elementos já abordados, situa-se a questão da tecnologia, reprodução e saber camponês. Como ponto de partida para a discussão acerca da reprodução e saber dos camponeses, no Brasil, SUAREZ et al (op. cit.) têm como pressuposto que os camponeses, no capitalismo, reproduzem-se enquanto produtores de mercadorias em cujo processo encontram-se subordinadas.

No entanto, a produção de mercadorias precede-se logicamente pela produção de bens sendo a relação do camponês com o mercado, precedida pela produção de bens que implica em um determinado saber que informe o processo de trabalho. Daí, ser o

processo de trabalho do camponês ao mesmo tempo, útil ao capital e baseado em um modelo cognitivo que permite falar de um “saber camponês”. Não apenas no sentido (restrito) de uma tecnologia camponesa e, sim, no de um conhecimento que informa ações e estratégias para a sua reprodução enquanto camponês:

“(...) por autônomo, não estamos querendo dizer autóctone, o que seria absurdo. **Nem tampouco que se trate de um conhecimento existe independentemente de relações sociais históricas.** O que queremos dizer é que se trata de um modelo cognitivo integrado; de um “know-how” baseado numa teoria cujos supostos são dominados pelo camponês; e **de um saber que se distingue em suas premissas e em suas categorias da ciência “ocidental”.** (SUAREZ, op. cit: 152):

Outra dimensão dessa questão reporta à subordinação dos camponeses, enquanto classe. Os condicionantes externos de reprodução (TEPICHT, apud SA, 1975) principalmente aqueles advindos da expansão do capitalismo, impõem-se aos camponeses como processos de desqualificação. Isto de um ponto de vista de que se trata não apenas de uma superposição de conhecimentos mas, sobretudo de uma oposição de situações de interesses de classes a partir de racionalidades cognitivas diferentes. Uma dessas racionalidades detém o monopólio do saber científico e portanto, legitimador do progresso; a outra, ocupa uma posição subordinada, de exclusão ou de “invalidação” (CHAUI, op. cit.) (quanto à possibilidade de ser um conhecimento útil ao sentido de progresso) no contexto da “modernização”. Esta, por sua vez, ao mesmo tempo que exclui outros saberes tem a posição quase-messiânica de “modernizar” os atrasados; integrá-los ao sistema cognitivo dominante. Desenraizá-los, na verdade.

No entanto, considero que muito da própria dinâmica do processo de trabalho dos camponeses e de sua organização da produção não pode merecer a leitura única da subordinação. Constituem-se, também, respostas às pressões dos condicionantes externos, nos “contradiscursos expressos pelos dominados” (FOUCAULT, op. cit.). Para SUAREZ (op. cit.: 152):

“(...) sabemos também que o processo de “modernização” implica na aquisição pelo camponês de um outro saber. Mas nos parece claro que o **campesinato é portador de um saber próprio. Saber esse que não apenas orienta a prática “rotineira”, mas que contém elementos capazes de neutralizar pressões externas dissolutivas; de incorporar a inovação e de se atualizar face à mudança.** Pois não se trata de um saber fragmentado, mas de uma **matriz de conhecimento** e de um **sistema cognitivo** capaz de redefinir em seus próprios termos tais inovações (...).”

Torna-se possível, portanto, pensar a questão do saber camponês a partir de duas premissas, quais sejam:

“(...) {Por um lado, resgatando}, a apreensão das **populações agrárias enquanto produtoras de categorias básicas de apreensão do real** e {por outro lado} na medida em que incide sobre o **fundamento do processo de trabalho para o entendimento dos processos reprodutivos-dissolutivos (...)**” (SUAREZ, op. cit.: 153).

Essa matriz mais ampla permite introduzir a questão da tecnologia camponesa, agora já ricamente determinada pelas considerações. A tecnologia, portanto, entendida como um campo de conhecimento aplicado (ao trabalho), tem por matriz um conhecimento básico do mundo ou melhor dizendo uma forma de apreensão do mundo e de classificação do real como um todo.

A visão dos camponeses acerca das plantas, animais, dos alimentos, do corpo humano, das doenças, da saúde informa tanto as práticas agrícolas quanto as práticas medicinais, por exemplo e o faz sem que ocorra uma divisão “técnica” do conhecimento por indivíduos diferentes. Nesse sentido pode-se pensar em racionalidades distintas entre o saber “científico ocidental” e o saber “empírico camponês”, com categorias como holismo “versus” dualismo (SUAREZ, op. cit.). Quanto à distinção das racionalidades NEVES (op. cit.: 352) considera que:

“Enquanto os técnicos agrícolas dominam o saber sobre o cultivo de um dos produtos, os agricultores tendem a raciocinar referenciados ao sistema de relações em que estão envolvidos, ou ao conjunto

de elementos materiais e sociais que articulam para fazerem operar a unidade de produção {e consumo}”.

No entanto, o resgate desse saber não se confunde com pura apologia, segundo o imaginário romântico⁷. Assim, embora esse saber holístico exista, ele pode ser um limite à capacidade de aumentar o aproveitamento de recursos numa situação de elevação substancial do nível das forças produtivas, nível esse que exija outras condições técnicas de reprodução (SUAREZ, op. cit.). A importância dessa observação reside no fato de que a reprodução camponesa depende de múltiplas determinações de sua subordinação num processo de hegemonia do tanto do capital, quanto de uma matriz tecnológica “moderna”.

Mas se a reprodução dos camponeses depende do papel que desempenham no capitalismo, depende ainda do seu sistema de conhecimento que informa o processo de trabalho “autônomo”. Assim, mesmo “recriado” pelo capital, numa articulação daquilo que TEPICHT (apud SA, 1975) definiu como “determinante exógena principal da existência e das transformações da economia camponesa”⁸, o camponês “teima” em não desaparecer, em que pesem modificações do seu próprio processo de trabalho.

Isto permite-me pensar o saber camponês como uma “inteligência de si mesmo” (RIBEIRO, apud SUAREZ, op. cit.), capaz de informar e de formar posições e desenvolver estratégias de reprodução no processo de construção de uma classe social. Essa “inteligência de si mesmo” reproduz-se a partir de duas premissas importantes: uma que é a da visão de mundo histórica, no sentido de que desenvolveu-se em contextos históricos determinados⁹ e outra de que se reproduz e se (re)constrói no processo mes-

⁷ Sobre a crítica ao imaginário romântico, vendo os camponeses como origem perdida e como finalidade a resgatar do capitalismo, ver CHAUI (op. cit.).

⁸ A contribuição de TEPICHT (ABRAMOVAY, op. cit.) é importante para a análise do caráter histórico do campesinato, no sentido de que torna-se necessário buscar entender a relação dessa categoria com as relações sociais mais amplas, em momentos históricos específicos.

⁹ A respeito da questão da autonomia ver, entre outros, VANDERLEY (1990) e MOTA (op. cit.).

mo de subordinação/autonomia que vive a categoria.

Na relação social entre homem e natureza, mediatizada pelo trabalho, a condição camponesa caracteriza-se por modelos próprios de organização do trabalho. Seja a questão abordada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, seja pela cultura. Isso permite pensar a especificidade da relação do camponês com a terra como uma “especialização”¹⁰, pressupondo um tipo de conhecimento técnico “(...) cujo conteúdo é socialmente determinado a partir da organização social e da cultura camponesa” (SA, op. cit.: 96).

Nesse sentido, na divisão social do trabalho em termos mais amplos, há uma atividade produtiva própria do campesinato, que implica um conhecimento socialmente produzido e transmitido e que, por sua vez habilita os indivíduos ao desempenho das funções técnicas por ela requeridas (SA, op. cit.).

A produção camponesa, por esse prisma, supõe a relação direta com os meios de produção. Mas, ao mesmo tempo, ela se dá num contexto em que o campesinato integra uma complexa rede de relações desiguais no âmbito de uma sociedade regida, predominantemente, por uma lógica produtiva distinta da sua. Nessa relação, os camponeses constituem-se em fonte de transferência de excedente a outros setores da economia, relativizando sua autonomia e subordinando-se às condições impostas pelo mercado, sem o controle do destino de sua produção e a depender cada vez mais de condições técnicas que tornem a sua produção competitiva e menos vulnerável.

Relacionando a questão do saber às estratégias de resistência, considero com MOTA (op. cit.: 9) que, em que pese a crescente subordinação dos camponeses às diversas relações com o capital, “(...) contrapõe-se a esse processo (...) o desencadeamento de ações

¹⁰ SA (op. cit.: 96), utiliza essa categoria considerando que “enquanto um setor específico da produção, a economia camponesa caracteriza-se também por um modo específico de combinação de força de trabalho como os meios de produção, no qual se define um tipo de conhecimento técnico e de divisão técnica do trabalho que definem a condição camponesa. Ao sistema de categorias conceptuais e habilidades que compõem a qualificação diferenciadora da atividade agrícola camponesa, denominamos a sua especialização”.

defensivas para preservação das condições camponesas, expressas em diferentes estratégias de sobrevivência e resistência e na variedade de relações desenvolvidas no interior da unidade produtiva, onde se efetiva o exercício com os meios de produção é distinta daquela do empresário capitalista. Faz parte do cotidiano camponês a luta constante para assegurá-los (...)."

Resistência que se exprime em diversos níveis, não se explicitando apenas em torno do valor econômico. Abrange uma gama de ações defensivas de um modo de vida onde noções de independência e de liberdade demarcam uma forma de organização social que por sua vez constrói-se pela e na experiência coletiva. (ibidem).

O saber camponês ganha significado específico em termos de seu **aporte tecnológico**, onde as atividades desenvolvem-se em um certo ritmo com a natureza, com níveis variáveis de dependência, segundo o peso das influências externas. A família exerce controle sobre o processo imediato de produção exercitando neste, a aplicação do saber acumulado culturalmente (ibidem), contemplando, inclusive, atualizações do "modelo tecnológico"¹¹.

Na definição do processo imediato de produção, ocorre uma vinculação das condições internas com determinantes externos. A presença de fatores externos à unidade camponesa, como ocorreu com as políticas de modernização da agricultura brasileira, influenciam na forma de produzir, nos ciclos de produção e no tempo. Introduzem alterações na relação homem/natureza (ibidem) e impõem atualizações do modelo.

No emaranhado composto pela resistência e pela subordinação no cotidiano camponês, a própria adoção de tecnologias "moderna" pode ser vista, também, contraditoriamente, como forma de resistência à expropriação da condição camponesa, pela apropriação dos pressupostos que ampliem a capacidade de trabalho da família. (ibidem). Na lógica camponesa, portanto, não existe a equivalência entre moderno/tradicional, ruim/bom. Tais categorias não

¹¹ Sobre "modelo tecnológico" cf. MORAES (op. cit.) quando aborda o conceito de um ponto de vista que considera várias dimensões do fazer camponês. As atualizações desse modelo passa, por exemplo, pela (re)organização do processo de trabalho. Os mutirões, as trocas de dia de serviço, etc. constituem-se em esquemas de atualização do modelo.

se encontram, ali, como dicotomias e sim como um movimento ambíguo onde o (...) “novo” e o “velho” se chocam mas nem sempre se opõem” (FIGUEIREDO), op. cit.: 28).

Suponho, portanto, uma seletividade – não apenas negativa (no sentido da não-capacidade de adoção pelo camponês) mas, também, positiva onde ocorre a auto-exclusão por dúvida, cautela (NEVES, op. cit.). Em outras palavras, equívale a dizer que os camponeses são sujeitos de escolha, capazes de selecionarem alguns elementos da chamada tecnologia moderna desde que isto contribua para a ampliação da capacidade de trabalho da família, segundo a racionalidade própria do campesinato.

Em que pese a subordinação e a desqualificação social à qual se acham submetidos, os camponeses apresentam-se à análise como sujeitos de conhecimento e capazes de realizar escolhas. Capacidade não circunscrita, apenas, ao plano da técnica em si refere-se, ainda, ao plano da alianças políticas com mediadores diversos¹².

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de um saber ou de uma tecnologia camponesa, pressupõe falar dos camponeses; sobre quem são esses sujeitos sociais e, portanto, sobre sua reprodução no capitalismo, enquanto classe subordinada. Equívale, a falar de estratégias de sobrevivência, que, por sua vez remetem às estratégias de resistência e, em assim sendo, à construção/reforço de identidades sociais, referindo-se portanto a um saber onde, no entendimento de ROMANO (op. cit.) ocorre uma “recriação de atributos” pela apropriação dos “signos estigmatizantes” no sentido da construção de uma nova identidade positiva.

¹² Cf. MORAES (op. cit.) quando aborda a questão das alianças como um quadro complexo que implica uma dialética nem sempre clara de trocas e compensações, remetendo às estratégias de sobrevivência e de reprodução da categoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Progresso técnico: a indústria é o caminho? Proposta*, Rio de Janeiro, n.º. 27, p. 41-50, 1985.
- ALMEIDA, J. P. *Tecnologia “moderna” versus tecnologia “alternativa”: a luta pelo monopólio da competência tecnológica na agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1989.
- CALDEIRA, T. P. do. *Antropologia e poder: uma resenha de etnografias americanas recentes*. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.º. 27, p. 3-49, 1989.
- CHAYANOV, A. V. *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas*. In: SILVA, J. G. da; SCKOLKE, V. (org.) *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 134-63.
- CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FIGUEIREDO, V. *A produção social da tecnologia*. São Paulo: E.P.U., 1989.
- _____. *O campo histórico-político da tecnologia e os trabalhadores rurais sindicalizados*. *Temas Rurais, Tecnologia Agrária e Sociedade*, Recife, v. 2, n.º. 3, p. 27-42, jan/abr 1989.
- _____. (coord.) *Estado, sociedade e tecnologia agropecuária*. Brasília: UNB/FINEP, 1989.
- FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GARCIA, A. R. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.
- GRZYBOWSKI, C. *O saber dos camponeses em face do saber das técnicas*. *Proposta*, Rio de Janeiro, n.º. 27, p. 60-3, nov. 1985.
- HEREDIA, B. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MOTA, D. M. *Os camponeses e a busca da “autonomia possível” (estratégias de sobrevivência e de resistência na implantação de projetos de irrigação no estado de Sergipe)*. Campina Grande: UFPB, 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, 1990.
- MORAES, M. D. C. *Tecnologia e campesinato: um estudo sobre a relação entre tecnologias “alternativas” na agricultura e a potencialização de um maior espaço de afirmação política dos camponeses (o caso do CTA/Norte de Minas)*. Campina Grande: UFPB, 1989, 35 pgs. Mimeo. (Projeto de pesquisa).
- _____. *Campesinato e ONG's: novas políticas no campo tecnológico. (O caso do CAA/Norte de Minas e os camponeses de Corgão/Boa Esperança)*. Campina Grande: UFPB, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociolo-

- gia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, 1993.
- _____. *Verso e reverso. a modernização da agricultura e as respostas dos trabalhadores do campo*. 1990. Mimeo.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).
- NEVES, D. P. *Modernização tecnológica: inclusões/exclusões*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 27, 1989, Piracicaba, São Paulo. *Anais...* Brasília: SOBER, 1989. V. 2. p. 342-368.
- PORTO, M. S. G. *Considerações teóricas sobre a análise marxista a pequena produção familiar*. *Nordeste Rural*, Recife, V. 1, nº. 2, p. 65-81, abr/jun. 1988.
- ROMANO, J. *Identidade e política: representação e construção da identidade política do campesinato*. {19_}, 24 p. Mimeo.
- SA, L. M. “*O pão da terra*” – propriedade comunal e campesinato livre na baixada oriental maranhense. Rio de Janeiro: UFRJ, 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1975.
- SHANIN, T. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista*. {s. n. t.}.
- SOARES, L. E. *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. (Coleção Agricultura e Sociedade).
- SUAREZ, M., et al. *Saber e reprodução camponesa*. *Anuário Antropológico* 81. Fortaleza: UFC, 1983, p. 149-229.
- THOMPSON, E. *Tradición, revuelta y consciencia de classe*. {s. n. t.}.
- VANDERLEY, M. N. B. *Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas – São Paulo*. Campinas: UNICAMP, 1988. (Cadernos IFCH).
- WILKINSON, J. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo: HUCITEC, 1986.